

# Revendedores criticam monopólio do petróleo

24 NOV 1967

Da Reportagem Local

Se o plenário do Congresso constituinte mantiver a nacionalização (monopólio) da distribuição de derivados de petróleo aprovada pela Comissão de Sistematização no último dia 11, cerca de dez mil dos 21 mil postos revendedores podem fechar, causando o desemprego de cerca de cem mil pessoas. Foi o que afirmou ontem Luis Gil Suiffo Pereira, 55, presidente da Federação Nacional do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo (Fecombustíveis), em entrevista coletiva concedida após reunião realizada na sede do sindicato dos proprietários de postos paulistas (no bairro de Perdizes, zona oeste de São Paulo), que contou com a participação dos 26 presidentes dos sindicatos estaduais destes estabelecimentos.

Eles anunciam uma mobilização nacional para a rejeição em plenário da emenda aprovada por 51 votos a 40

na Sistematização, de autoria do deputado Fernando Santana (PCB-BA), classificada por Pereira como um "equivoco estatizante". Ele acredita que pelo que foi aprovado pela distribuição dos derivados de petróleo seria competência da União, que poderia conceder o serviço apenas a empresas nacionais estatais ou privadas com sede no país e maioria de seu capital nacional— o serviço ficaria totalmente estatizado, pois no atual momento nenhuma empresa nacional teria interesse de assumir o patrimônio das empresas multinacionais, já que a concessão seria em caráter precário". Pereira disse que estaria então à Petrobrás assumir este patrimônio, que calcula ser de cerca de US\$ 2 bilhões.

"Quem pagaria seria o contribuinte, além de ter um efeito perverso". Nos cálculos de Pereira, a Petrobrás ficaria com 90% da distribuição, já que hoje teria 40% e assumiria outros

*ame p. 19*  
quase 50% das quatro empresas multinacionais (são quatro: Shell, que segundo ele teria 20% do mercado; Esso, com 15%; Texaco e Atlantic, com 7% cada), ficando apenas os 10% da Ipiranga e a fatia de 1% dividida entre Hudson e São Paulo (os três grupos privados nacionais que atuam na área) fora do controle estatal.

"Por uma questão de racionalização, a Petrobrás acabaria com alguns postos vizinhos a outros, como ocorreu no Peru, após a nacionalização da distribuição. Naquele país, os donos de postos têm até de buscar o combustível na refinaria. Quem perderia seriam o consumidor, que teria menos postos e pior serviço, e os trabalhadores, já que pelos cem mil deles perderiam o emprego, com o fechamento de dez mil postos", afirmou.

A estratégia dos proprietários de postos será a dos sindicatos pressio-

narem os constituintes de seu Estado. Pereira se disse "confiante" na reversão do aprovado na sistematização, "mesmo porque muitos constituintes já se pronunciaram por uma reavaliação do seu voto, como o senador Albano Franco (PMDB-BA), que votou a favor por engano, sem saber qual era a matéria". Ele afirmou que, além dos postos e distribuidores multinacionais, também as distribuidoras nacionais e a própria Petrobrás estariam participando desta mobilização. As primeiras pelo caráter precário que suas atuais concessões teriam, sujeitas à renovação periódica pelo governo e a empresa estatal por não ter condições de absorver o mercado das multinacionais. "Para a Petrobrás, o melhor é a competição de mercado. Acho que a empresa deveria é tentar aumentar sua participação no mercado externo, como na Espanha que está se abrindo agora às empresas internacionais", disse Pereira.